

A.N.C pag. 8

Sistematização se antecipa e definirá regras

Arinos convoca reunião para decidir regime de governo e sistemas econômico e tributário

Logo após a Semana Santa, a Comissão de Sistematização deverá ser convocada para, em caráter extraordinário, discutir a possibilidade de elaboração de projetos de resolução que definam, a curto prazo, três pontos considerados essenciais para o funcionamento das demais subcomissões temáticas: o sistema de governo, o regime econômico financeiro e o sistema tributário que serão adotados na futura Constituição.

A idéia, lançada pelo líder do PTB, Gastoni Righi (SP) foi aprovada pelo presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), que concordou com a convocação dos 93 membros da Sistematização para que comecem a discutir o assunto imediatamente, antecipando as reuniões previstas para daqui a 65 dias, quando as subcomissões entregarão os anteprojetos constitucionais.

Sã com a definição prévia destes três pontos as oito comissões e respectivas subcomissões temáticas poderiam começar a montar o esboço da Constituição, argumenta Gastoni Righi. Ele cita, por exemplo, que os grupos constitucionais ficariam "de mãos amarradas" caso estes três pontos não sejam estabelecidos, lembrando que as Subcomissões de Educação ou Saúde não po-

deriam determinar índices de repasse ou aplicação de recursos aos Estados e municípios antes que se defina o sistema tributário que será adotado. "O trabalho nestas subcomissões ficará emperrado. Vai virar um samba do crioulo doido", prevê.

DECISÃO DO PMDB

O presidente da Comissão da Organização Eleitoral e líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, considera conveniente a convocação da comissão para discussão do assunto. Ele diz que a definição do sistema de governo — se será presidencialista ou parlamentarista — não é tão importante como a definição do sistema tributário e regime econômico antes da elaboração dos anteprojetos pelas subcomissões. "Precisamos saber desde já se este será um país socialista ou não. Se a reunião for convocada eu irei".

Ontem mesmo o vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), cuidava da expedição de telex aos seus 93 membros para comparecerem à primeira reunião ordinária, marcada para o dia 24, sexta-feira. Além da discussão dos três projetos de resolução, será estabelecido o roteiro dos trabalhos da comissão, que passará a

se reunir permanentemente também durante o funcionamento das subcomissões.

Ao contrário de Gastoni Righi e Jarbas Passarinho, o vice-presidente Aluizio Campos defende a tese de que, antes de passar para um projeto de resolução que seria encaminhado pela Comissão de Sistematização, a fixação do sistema de governo, tributário e regime econômico deveria ser amplamente discutida dentro das bancadas de todos os partidos. Neste sentido ele já encaminhou uma solicitação ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, para que convoque a bancada e discuta o assunto.

Aluizio Campos considera que a posição do PMDB em relação a estes três pontos será decisiva e acabará influenciando na elaboração dos anteprojetos constitucionais. Já que o partido controla 305 dos 559 constituintes. "Acho que o PMDB recebeu nas urnas legitimidade para funcionar como uma grande força orientadora na área conjuntural e no plano da Constituinte deverá ser o maior instrumento de fixação dos rumos, se se mantiver coeso".

Sobre a elaboração dos três projetos de resolução, ele acha que a idéia é prematura.

CECE



Edison Lobão, a secretária Sarah, José Lins e Dirceu Carneiro analisam o regimento em discussão

Economia tem normas para funcionamento

Após três horas de debates acirrados, os membros titulares da Comissão da Ordem Econômica conseguiram aprovar os 24 artigos relativos às normas de funcionamento das três subcomissões. Foi aprovada também a proposta levantada pelo deputado Jorge Vianna (PMDB-BA) para que os constituintes realizem durante os fins de semana viagens a fim de conhecer de perto alguns problemas mais sérios sobre assentamentos agrários e zonas de garimpo.

Mais uma vez, o presidente da comissão, deputado José Lins de Albuquerque (PFL-CE), foi pressionado pelos membros das subcomissões para que o prazo para a elaboração dos projetos constitucionais seja dilatado. Na impossibilidade de atender a esse pedido dos constituintes, foi aprovado, por consenso, que as subcomissões também terão reuniões durante o período da tarde, após o encerramento das sessões plenárias.

AUDIÊNCIAS

As audiências com entidades representativas de segmentos da sociedade foi um tema muito debatido pelos constituintes. A grande maioria exigiu que o tempo de duração de cada palestra fosse aumentado de 15 para 20 minutos, o que foi aprovado pelo presidente da comissão. Ficou decidido também que, durante essas audiências públicas, os membros da subcomissão poderão interperlar o orador, após a exposição e sobre o assunto nela tratado, por um prazo mínimo de três minutos.

A Secretária Executiva da Comissão da Ordem Econômica tem recebido um número cada vez maior de projetos de normas constitucionais para serem avaliadas em plenária das três subcomissões. O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) quer a completa extinção dos contratos de risco para a exploração de petróleo por empresas estrangeiras.

Já a constituinte Beth Azize (PSB-AM) entregou uma proposta que deverá provocar um debate inflamado na subcomissão de Princípios Gerais. A deputada propõe a estatização dos bancos privados, e que os acionistas sejam indenizados em títulos da dívida pública, pagáveis em 20 anos. Quanto aos funcionários desses bancos, eles passariam a ter estabilidade de emprego e os salários equiparados aos dos servidores do Banco do Brasil.

Benedita cobra mais interesse pelo social

"A Comissão da Ordem Social foi a menos disputada pelos constituintes, o que indica a pouca sensibilidade em relação às questões que serão aqui tratadas. Vai ser necessário um trabalho consistente para demonstrar e chamar a atenção a estas questões que são de grande importância para a sociedade brasileira". A afirmação é da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que na tarde de ontem presidiu, simbolicamente, a mesa que coordenou os trabalhos da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Ela voltou a ressaltar a marginalização e a discriminação que atingem o negro no Brasil e lembrou que a nova Constituição tem que ter a responsabilidade de fazer valer o direito do cidadão.

A reunião da subcomissão contou com a presença

de Gilberto Gil, de Oswaldo Ribeiro (secretário para Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo) e de representantes de diversas entidades do movimento negro de todo o País. O presidente da mesa, deputado Edme Tavares, após receber o documento com as conclusões da Convenção Nacional "O Negro e a Constituinte", realizada em Brasília em agosto do ano passado, entregou a presidência, simbolicamente e como uma homenagem à comunidade negra, à deputada Benedita da Silva.

Para a deputada, o negro conta com uma pequena representação na Constituinte, daí a necessidade de um trabalho consistente dentro da subcomissão que trata das questões relativas à população negra do Brasil. Gilberto Gil, declarando-se totalmente solidário ao movimento, defendeu na reu-

nião o parlamentarismo e um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Em relação à nova Constituição, ele acha que será conservadora e suficiente para manter a ordem capitalista.

O documento entregue ao deputado Edme Tavares, organizado pelas 63 entidades que participaram da Convenção Nacional do Negro, indica as principais reivindicações do movimento ao Congresso Constituinte. Entre outras, destaca que a discriminação racial seja tratada como "crime inafiançável, com pena de reclusão e para o referido processo adotar-se-á o rito sumaríssimo". Esta sugestão propõe uma reformulação do parágrafo 1º do artigo 153 da atual Constituição e reforma totalmente a Lei Afonso Arinos, que coloca o preconceito de raça como "contravenção".

Relator quer ouvir o povo sobre propostas

Para ampliar a participação popular nos trabalhos da subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, o relator, deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), quer que o órgão tome a iniciativa de solicitar propostas sobre os temas em exame às universidades, escolas de direito, partidos políticos, sindicatos, associações liberais ou profissionais e assembleias legislativas. Friedrich submeterá sua idéia aos membros da subcomissão na próxima reunião, após a Semana Santa.

O relator tem uma sugestão de roteiro, que pretende apresentar na reunião de ontem da subcomissão. Friedrich vai propor ainda que o órgão se desloque para São Paulo e uma outra

grande cidade — ainda não definida — a fim de colher subsídios junto a organizações populares. E que sejam convidados para painéis representantes da OAB, da Comissão de Justiça e Paz e da Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro da Justiça, o procurador-geral da República, os juristas Raymond Faoro e José Afonso da Silva, e o ex-deputado João Gilberto.

A definição de textos para consulta é outra idéia do relator, que sugerirá o estudo das constituições de Portugal, Itália, Espanha, Grécia e Peru, da proposta da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — mais conhecida como "Co-

missão Afonso Arinos", e de anais de simposios.

O presidente da subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), submete hoje aos integrantes da subcomissão uma lista de nomes para a realização de "mesas-redondas". Israel quer que sejam ouvidos os cientistas políticos Bolívar Lamounier e Francisco Weffort, os ex-deputados João Gilberto e Alberto Goldmann, o expresidente do STF, Xavier de Albuquerque, o constitucionalista Cícero Dumont, o ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Néri de Oliveira, e os presidentes de todos os partidos representados no Congresso.

Subcomissão "enforca" a 2ª feira

O feriado da Semana Santa e o desconhecimento de que agora a Assembleia Nacional Constituinte também trabalha às segundas-feiras fizeram com que a quarta reunião da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais ficasse sem quorum e fosse adiada para a manhã de hoje. Apenas sete, dos 23 constituintes titulares da Subcomissão, compareceram ao trabalho. Indignados, os parlamentares Antônio Mariz e Darcy Pozza

(presidente e relator da Subcomissão), Joaquim Haickel, Antônio Câmara, José Mendonça de Moraes, Elieir Rodrigues e Costa Ferreira ainda discutiram algumas questões em torno da ausência dos demais constituintes, chegando a levantar a proposta de a formatação de um pequeno regimento para normalizar o andamento das atividades.

O presidente da Subcomissão, deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), acha que não se deve gastar o tempo disposto para as discussões das várias questões referentes aos direitos e garantias individuais com a formulação de um regimento.

Pena de morte, habeas corpus, mandato de segurança, sigilo de correspondência e de confissão, aposentadoria, cobrança de tributos, validade de concursos públicos, entre outras, são as questões formuladas nas 12 sugestões até agora encaminhadas à Subcomissão.

Dificuldades só na divisão das comissões

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), discorreu ontem do jurista Miguel Reale Júnior, que prevê dificuldades para se fazer a nova Constituição. Segundo o jurista, as dificuldades vão decorrer da forma como os constituintes se dividiram em comissões e subcomissões temáticas. Ele também manifestou preocupação pelo fato de os constituintes terem optado por "partir do nada", na elaboração da nova Carta.

"O que o jurista Miguel Reale Júnior quis dizer — comentou Bernardo Cabral — é que é sempre muito difícil montar o arcabouço de alguma coisa. Certamente ele entende que o ideal, para a Constituinte, seria partir já de alguma coisa concreta. Pessoalmente, entendo que cada subcomissão ou comissão tem inteira liberdade para traçar o seu próprio caminho de trabalho. Mas tenho a impressão, talvez a certeza, de que o anteprojeto elaborado pela comissão de notáveis será aproveitado como subsídio. Subsídio aliás muito valioso".

Entidades serão ouvidas via Embratel

Numa reunião informal realizada sob a presidência do deputado José Serra, foi aprovada a sugestão apresentada pelo senador João Calmon com o objetivo de ampliar o número de entidades representativas de segmentos da sociedade que poderão ser ouvidas pelas subcomissões da Constituinte. De acordo com o Art. 14 do regimento interno, o número dessas reuniões será de 5 a 8.

A fim de possibilitar que um número maior dessas entidades possa dar a sua contribuição, o senador João Calmon sugeriu que,

da Embratel, fossem promovidos debates com 15 ou 20 diferentes entidades que não precisariam deslocar-se para Brasília. Obtida a concordância da Embratel para transmissão e gravação gratuita desses debates, seria tentada a obtenção da transmissão desses debates para todo o País, inclusive Brasília através da Rede Nacional de Televisões Educativas da Funtevé.

Soldados e cabos lutam para votar

Rio — Cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro iniciaram um movimento para conseguir o direito ao voto. Quinze postos foram espalhados pela cidade, sob a coordenação da Associação dos Cabos e Soldados da PM, com o objetivo de conseguir 30 mil assinaturas favoráveis ao projeto.

Os militares têm até o dia 24 para conseguir o número suficiente de assinaturas e entregar a proposta à Subcomissão de Defesa e Segurança do Estado, presidida pelo senador Jarbas Passarinho. O diretor da Associação Gabriel Batista de Medeiros, disse que o movimento não terminará após a coleta das assinaturas e entrega do projeto à Constituinte: "Nós vamos fazer pressão junto aos congressistas para que a nossa proposta seja aprovada. Depois que foi concedido direito ao voto aos analfabetos, o sentimento cresceu dentro de nós."

O PROTESTO DA CRIANÇA

JOSE DE PAIVA NETTO

Recebi de Andréa Cristina Rodrigues Soares, uma leitora de 11 anos, esta correspondência escrita à moda de criança e digna de ser apreciada por todos os homens que têm nas mãos os destinos de povos:

"Querido Amigo e irmão José de Paiva Netto

"Minha professora de português, Dona Eunice, pediu que os alunos fizessem uma redação (tema livre). Ela gostou muito da

minha carta, por isso a estou encaminhando ao senhor:

"Olhando do Céu para a Terra

"Um dia, quando deitei em minha cama, de repente pensei:

Como seria se Deus resolvesse olhar para a Terra?

Ele iria ficar chocado, de ver tanta maldade, tanta guerra, tanta gente, passando fome e outras pessoas morrendo. Seria muito triste para Deus.

Mas os homens podiam pensar nas pessoas. Eles podiam ao invés de construir bombas, armas nucleares, ajudar as pessoas que estão passando fome. Mas não, eles preferem a guerra, as mortes e tudo mais.

Deus, então, iria falar: Eu criei eles para que vissem em paz, mas eles são tão mal-agraçados que só estão vivendo em guerra.

Então eu pensei:

Mas, Deus, eles não têm cabeça para pensar que se eles começam a guerra também vão morrer, querendo ou não querendo.

Mas, não, eles preferem morrer e fazer vingança, do que ficar vivos e deixar passar em branco. Ah! Deus, se eu pudesse falar que não adianta fazer guerra, que eles vão mor-

rer juntos. Mas, não, eles não me ouviriam, e eles fariam que eu estava sonhando, que eu estava falando besteira, mas no fundo eu estava certa de que estaria dizendo a verdade e não a mentira. Mas antes de morrer, eles vão provar como é bom matar os outros, porque outras pessoas vão pegar as suas armas e matá-los.

Eu não gostaria de ver a Terra ai do Céu, não, porque eu iria ficar tão chocado de ver a terra em que

a colheita é obrigatória". E o povo completa: "Quem semeia ventos colhe tempestades". E os ventos semeados pelos homens, agora, farão desabar sobre as nações as tempestades nucleares do holocausto anunciado do Velho ao Novo Testamento, como o Armagedon, no Apocalipse de Jesus, segundo João, XVI:16: "E foram juntados num lugar que em hebraico se chama Armagedon".

Dai termos lançado, há

muitos anos, dentro do que denominamos A Estratégia da Sobrevivência, A Economia da Solidariedade Humana, para que, pela força da Fraternidade erguida como norma de entendimento mundial, possa haver sobreviventes à loucura de governantes e governados da Terra. E preciso que a Humanidade tenha humanidade, para que se estabeleça a Sociedade Cristã verdadeiramente solidária, nascida da maior de todas as ideologias, que é o Cristianismo do Cristo, o caminho novo, apesar de tão antigo, que temos para oferecer à Humanidade.

Quando ao pedido de Andréa, Deus naturalmente o ouviu. Certos homens é que, infelizmente, não. Não ouviram. Nunca ouvem, a não ser os apelos da ignorância espiritual, que é a mãe de todas as desgraças. Esses, há muito, continuam surdos, insensíveis a ensinamentos que, de tão elevado teor espiritual, vêm à sabedoria de uma criança...

Quem pensa que criança é boba é que é boba.

eu nasci sendo destruída por almas de pessoas ruins, pessoas más, que eu morreria de desgosto.

Mas uma coisa eu sei, Deus, que eu nunca iria perdoar uma pessoa assim, seja meu pai, minha mãe, meus irmãos ou qualquer pessoa que seja.

Deus, eu não sei o que o Senhor pensa, mas o que eu penso eu já falei, e acho que se o Senhor estivesse na Terra como ser humano, o Senhor pensaria a mesma coisa, disse eu tenho certeza.

Senhor, peço que coloque na cabeça dos homens que eles parem com as guerras, e matem a fome das pessoas necessitadas.

Eu não sei se o Senhor ouviu, mas se me ouviu, muito obrigada! Quando eu morrer vou querer ir para o Céu.

E boa-noite, Deus!"

Criança não é boba, não!

Andréa tem toda razão. Certa vez escrevi no Jornal da LBV: Há algo de poder no reino da Economia. Ela está doente, como que à morte. E, com ela, toda uma civilização construída sobre a rapina e o ódio. Jesus disse: "Quem com ferro fere, com ferro será ferido". Advertiu, ainda: "A sementeira é livre, mas

Jornalista e radialista. Diretor-Presidente da LBV em Brasília: 245.1070